

## **INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ANÍBAL PIRES NO ENCERRAMENTO DO DEBATE SOBRE O PLANO E ORÇAMENTO PARA 2010**

Exmo. Senhor Presidente,  
Exmos. Senhores Deputados,  
Exmos. Senhores Membros do Governo,

Neste debate tivemos oportunidade, para além das preocupações, problemas e conteúdos trazidos pelas diversas bancadas da oposição, de ouvir o conjunto dos Secretários Regionais, sempre seguidos de perto pelos seus deputados sombra.

E, deste alargado conjunto de intervenções, apenas transparece uma ideia, incessantemente repetida, de múltiplas formas, por múltiplas vozes: um insensato triunfalismo sobre o progresso dos Açores. Ouvindo os membros do Governo Regional e respectivas sombras ficamos a pensar que tudo vai bem nas nossas ilhas.

Na forma como o entendemos, o exercício da política é uma aplicação de princípios e valores solidamente ancorada na realidade concreta. E foi a grande ausência, essa é a palavra que faltou neste debate: realidade.

A realidade da paralisação da nossa economia, a realidade do desmantelamento do nosso sector produtivo, a realidade avanço do desemprego, a realidade do aprofundamento das desigualdades, a realidade cruel das duras dificuldades que enfrentam os açorianos.

E é destas realidades, embora difíceis, embora incómodas, que falamos. Pois é essa a realidade dos que nos compete representar e servir ao melhor das nossas capacidades.

Por isso é que falamos do emprego que se vai fragilizando, rarefazendo e precarizando e das medidas concretas de investimento que não encontramos neste Plano e Orçamento, nos quais, inclusivamente, se reduzem as verbas para os seus programas específicos.

Por isso é que falamos dos direitos de quem trabalha e se vê cada mais ameaçado no seu posto de trabalho, chantageado pela crise internacional e por uma leis laborais que permitem, a pretexto, tratar trabalhadores como acessório facilmente descartável, rápido e barato de substituir. E falamos e falaremos da generalização do trabalho precário, das actuações ilegítimas ou mesmo ilegais de muitas entidades patronais, sem que a Região tenha os meios, a eficácia ou, por vezes, mesmo, a vontade de pôr cobro a essas situações.

Por isso é que falamos dos rendimentos, da sustentação das famílias açorianas, que é, afinal, a única chave para aumentar o consumo, fazer crescer os resultados das empresas e melhorar a vida dos açorianos. Mas esta é uma chave que o Governo menospreza e que este Plano, nitidamente, não reconhece como estratégica, nem aponta como central no seu esforço de investimento.

Por isso é que falamos das nossas produção e comércio de bens e serviços nas quais em vez de se investir para aumentar e melhorar a capacidade produtiva, investe-se antes no seu desmantelamento, ao mesmo tempo que se deixam ainda sem resposta os custos que os esmagam e estrangulam, como são os do transporte aéreo e marítimo.

Falamos da oportunidade de mudar, de construir um paradigma diferente: um desenvolvimento baseado na justiça social, sustentável, pela justa razão do seu equilíbrio, que nos permita trilhar com maior esperança os caminhos do futuro.

Exmo. Senhor Presidente,  
Exmos. Senhores Deputados,  
Exmos. Senhores Membros do Governo,

Como disse no início desta intervenção, é da realidade que estamos a falar. E é nesse quadro de realismo que o PCP pretende, não substituir-se ao Governo ou à maioria e assumir o que são deveres alheios, mas sim contribuir para minorar erros e lacunas existentes na actuação consignada neste Plano e Orçamento.

E é isso o que fazemos. Apresentamos propostas que, recebendo o devido acolhimento, permitirão não só ajudar ao reequilíbrio da nossa situação, bem como fornecer respostas reais aos açorianos reais.

E assim será com o aumento do complemento regional de reforma, que reforçará o poder de compra dos nossos reformados e, mesmo, contribuir para tirá-los das verdadeiras situações de pobreza e exclusão social para as quais o baixo valor das reformas os empurram.

E assim será com o reforço de verbas e meios para a Inspeção Regional do Trabalho e para o Plano Regional de Combate à Precariedade, Subemprego e Trabalho Ilegal, instrumentos que permitirão garantir melhor a defesa dos rendimentos e direitos dos trabalhadores.

E assim será com a criação de verdadeiros passes sociais, subsidiando o seu preço, permitindo diminuir os elevados custos de quem necessita de se deslocar diariamente e, assim, melhorando o rendimento disponível.

E assim será com o aumento das verbas destinadas ao apoio ao Micro Crédito e às empresas artesanais, dando o devido valor e relevância aos pequenos empreendedores, geradores de riqueza e emprego, e aos nossos saberes e riquezas tradicionais, afinal as únicas que nos podem distinguir num agressivo mercado global.

E assim será com a atribuição de um pequeno direito social básico aos estagiários dos Programas Estagiar, nas múltiplas dificuldades que enfrentam no início da sua vida activa.

E assim será com o plano para melhorar a acessibilidade dos edifícios públicos pelos cidadãos portadores de deficiência ou com o reforço de verbas para a Rede regional de Cuidados Continuados, que permitirá devolver dignidade e o conforto possível aos açorianos que enfrentam dificuldades agudas na sua vida diária.

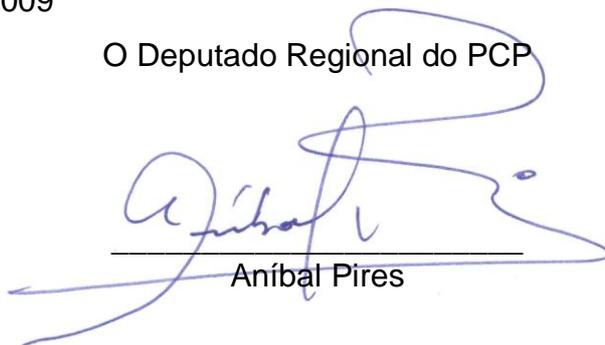
Estas são algumas das propostas que apresentámos e que teremos ocasião de discutir em detalhe. Mas que, cremos, permitirão dar resposta a problemas concretos dos que nos elegeram e justamente esperam da nossa parte não palavras, mas soluções.

Estas poderão ser parte da solução, se soubermos aproveitar esta discussão e estes instrumentos sobre os quais iremos deliberar, como uma oportunidade. Uma oportunidade de começar, passo a passo, a introduzir mudanças e a construir uma Região mais justa, coesa e solidária. Para isso contribuiremos.

Disse.

26 de Novembro de 2009

O Deputado Regional do PCP

A handwritten signature in blue ink is written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to read 'Aníbal Pires'. Below the signature, the name 'Aníbal Pires' is printed in black text.

Aníbal Pires